

ACTA N.º 08

Aos **trinta dias** do mês de Junho do ano de **dois mil e dez**, pelas 21h.04m, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada do dia quinze do mesmo mês, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

I – Período de “Antes da Ordem do Dia”.

II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:

1. **Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal ;**
2. **Documentos de Prestação de Contas para 2010 – 1ª Revisão;**
3. **Regulamento Municipal e Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Valença – Alteração; e,**
4. **Freguesia de S. Julião - Sinalização**

III – Período de Intervenção do Público.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, constatada a existência do necessário quórum, deu início aos trabalhos com a habitual saudação protocolar.

O **Primeiro Secretário, Sr. Alberto Luis de Oliveira Vilas**, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, leu Voto de Pesar apresentado pela Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Valença:

“ A Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Valença, imbuída de um espírito solidário, vem expressar o seu mais profundo pesar pelo falecimento da Dona Maria Ivone Assunção do Carmo e da Dona Clorinda de Lima Gonçalves, respectivamente avó e mãe dos nossos colegas Deputados Sr. Carlos Natal e Sr. António Sousa, e aos restantes familiares enlutados, a quem apresentamos os nossos mais sentidos pêsames.

A Comissão Permanente e os demais membros signatários, propõem a aprovação deste simples, mas sentido, Voto de Pesar”.

Colocado à votação, num universo de 36 votantes, foi **Aprovado por Unanimidade o Voto de Pesar.**

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, relembrou os meios de comunicação social presentes na sessão, que terão necessidade de se creditar junto do Secretariado da Assembleia, antes de cada sessão.

Pela Mesa foram consideradas justificadas as faltas - face ao, a propósito, por aqueles aduzido em escritos, que chegaram ao Secretariado de Apoio e/ou foram presentes à Sessão – do Deputado Dr. José António Nogueira, substituído pelo Sr. Luís Areias da Silva, do Deputado Sr. Salustiano Costa de Faria, substituído pela Dra. Maria do Carmo Duarte e, da Deputada Dra. Maria Margarida Rodrigues, substituída pelo Sr. Avelino Gonçalves- do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Do Grupo Municipal do PSD, O Deputado Sr. Carlos Natal, substituído pela D. Esperança Pereira e o Deputado Sr. Francisco Romeu, substituído pelo Sr. Armando Fernandes.

De seguida o **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes deu as boas-vindas aos Srs Deputados que pela primeira vez participavam na sessão e adentro das disposições regimentais, pôs à discussão a Acta nº 07.**

Interveio o Deputado Sr. Armando Carvalho para:

1. Dizer que as actas resumidas trazem problemas de interpretação que às vezes não são fáceis de resolver, chamando a atenção para a sua segunda intervenção, na pag. 3, ponto nº 1;
2. Contextualizar o discurso e esclarecer que havia dito que discordava do Sr. Presidente quanto ao plafonamento e, que também discordava da directiva do PEC que impossibilita novos concursos para novas vagas do quadro do pessoal;
3. Reforçar que o proferido relativamente ao plafonamento, era no sentido de que não concordava com ele, e que se o cabimento dos encargos com o pessoal fosse cumprido e utilizado em toda a sua extensão, dava para cobrir as faltas existentes no quadro e, ainda, para fazer contratações externas para outro tipo de serviços que não fossem compatíveis com a tal entrada no quadro.

Assim, colocada à votação e num universo de 36 votantes verificaram-se: 0 votos contra; 5 abstenções (Sr. Armando Carvalho, Dra. Liliana Pereira, D. Maria da Conceição Pereira, Dra. Dora Ferreira e D. Esperança Pereira); e, 31 votos a favor: **Aprovada por Maioria a Acta nº 07.**

Período destinado às intervenções políticas e às interpelações ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença

Usaram da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Lamentar profundamente e manifestar a sua indignação pelos confrontos da véspera com os vizinhos galegos, no rescaldo do jogo do mundial entre Portugal e Espanha;
2. Questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação das SCUT na A28, pois ao ler os jornais vê-se que todos os Presidentes de Câmara estão empenhados em resolver esta situação, mas parece que Valença não;
3. Dizer que gostava que o Sr. Presidente da Câmara se “chegasse” ao assunto porque já se fala de isenções para toda a gente e não para Valença. É preciso que não exista a menor dúvida que estas estradas são imprescindíveis para o negócio dos empresários, estudantes e trabalhadores por conta própria do nosso concelho;
4. Apelar ao Sr. Presidente da Câmara para que não fique fora das demarches;
5. Referir que na Ponte do Manco há uma bomba elevatória de saneamento que têm um tubo virado para o rio e que em caso de avaria ou excesso de carga, verte directamente para o mesmo;e,
6. Dizer que têm informação que a Fonte de Sá, no Cais, está completamente ao abandono.

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que transmitisse ao Sr. Vereador Manuel Lopes as suas felicitações pelo trabalho levado a cabo na Fonte da Vila.

A **Deputada D. Elisabete Viana** para dizer que o Instituto de Estradas de Portugal colocou uns rails na A13, em frente à Repsol, que mais parecem para proteger as pastas pois as pessoas em vez de andarem pelo passeio têm que andar pela estrada. Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que entrasse em contacto com o referido Instituto para resolução do problema.

O **Deputado Sr. Sebastião Alves** para:

1. Questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o início das obras na Rua Dr. Ibérico Nogueira; a pavimentação da Rua da Bogalheira; para quando o Plano de Urbanização da Área Central de Valença e o Plano de Urbanização da Plataforma Logística de Gandra - quem o faz, quem o paga e se há algum protocolo assinado entre a Câmara e a empresa proprietária que nos comprometa com a desafecção dos terrenos em reserva agrícola e/ou florestal na área da sua implantação;
2. Dizer que gostaria de ver publicitado o PDM; e,
3. Questionar para quando a revisão do Regulamento Municipal de Taxas de Urbanização e Edificação, a conclusão do Pavilhão Multiusos, na Coroada e, se os passeios na Av. S. Teotónio faziam parte do projecto original.

O **Deputado Dr. José Veríssimo** para:

1. Dizer que Gostaria de dar visibilidade ao Projecto Educativo do Agrupamento Vertical de Escolas “Muralhas do Minho”, que define a política geral e confere sentido à sua acção, com o objectivo de contribuir para a sua melhoria;
2. Acrescentar que como centro de todas as atenções está a população discente, tendo sempre em conta a comunidade em que se encontra inserida, devendo o Projecto procurar otimizar os recursos existentes e colmatar os problemas detectados;
3. Referir que o diagnóstico dos principais problemas existentes no Agrupamento foi aferido a partir dos resultados dos inquéritos feitos aos alunos, encarregados de educação, docentes, pessoal não docente, cujos dados foram colhidos de forma confidencial, tendo como objectivo a recolha de informação, opiniões e sugestões;
4. Destacar problemas encontrados: quer no domínio educativo e pedagógico quer no domínio administrativo e de gestão, funcionamento das actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo;
5. Dar nota que a prioridade proposta no referido Projecto foi melhorar o funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo;
6. Especificar as estratégias, definidas no PE, para implementar no triénio 2009-2012 - no Domínio Educativo e Pedagógico: desenvolvimento da articulação entre os vários actores (famílias, autarquia e Agrupamento) com vista à reorganização das Actividades de Enriquecimento Curricular; consolidação da articulação entre ciclos nas áreas leccionadas nas AEC; sensibilização dos alunos do primeiro ciclo e dos respectivos encarregados de educação para a frequência das Actividades de Enriquecimento Curricular; envolvimento dos pais/encarregados de educação na organização e funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular; selecção das actividades que vão de encontro aos interesses das crianças, sem a obrigatoriedade da frequência de todas. No Domínio Administrativo e de Gestão - desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular após o término das actividades lectivas; proposta às entidades competentes da possibilidade de recrutamento dos professores através do Agrupamento;
7. Questionar se as AEC vão ser planificadas em parceria ou não com o Agrupamento; se o protocolo já foi assinado; que relação entre Autarquia e Agrupamento; que horários e ofertas irão ser

disponibilizadas; e, se não seria oportuno incentivar a utilização das TIC, nomeadamente, o uso do Magalhães;

8. Acrescentar que um outro grupo de questões, embora não decorrente directamente do horário dos alunos, verifica-se quando as AEC se realizam fora do espaço escolar, em que os professores são convocados para fazer o acompanhamento dos alunos, assim como se lhes pede que ocupem as crianças nas faltas dos monitores;
9. Dizer que, a Associação de Pais e Encarregados de Educação tem um papel importante na sensibilização de toda a comunidade para a importância das actividades, de forma a promover a assiduidade dos alunos e os compromissos das famílias;
10. Mencionar que a taxa de participação nas AEC, é de oitenta e cinco por cento e, avaliar o programa em sede de Projecto Educativo, verificando se a oferta das actividades de enriquecimento curricular está a contribuir para o cumprimento dos objectivos, é a meta que o Projecto Educativo se propõe atingir quanto à qualidade de ensino e sucesso educativo dos alunos; e,
11. Relembrar a ausência de espaços cobertos, na zona escolar.

O Deputado Dr. Jorge Dinis para:

1. Felicitar a autarquia pela forma como decorreu a Feira do Livro;
2. Louvar a oportunidade que deram aos grupos da terra de divulgarem o seu trabalho, felicitando em especial a Dra. Inês Ferreira e o Dr. José Veríssimo, por fazerem parte da Ronda Típica e do Coral Polifónico S. Teotónio;
3. Deixar duas sugestões com o intuito de melhorar futuros eventos deste género: adiar a data talvez um mês e alterar o local para o Jardim Municipal uma vez que é mais central;
4. Pronunciar-se sobre o aspecto menos cuidado do Cantão dos Heróis Combatentes da Grande Guerra, no Cemitério de Valença; e,
5. Questionar o Sr. Presidente da Câmara se tal como prometeu em campanha, vai oferecer os manuais do 1º ciclo.

O Deputado Sr. Luís Amorim para:

1. Dizer que a direcção do Sport Clube Valenciano está demissionária e questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca dos apoios que deu e pretende dar ao clube;
2. Questionar qual a posição do Sr. Presidente perante esta demissão e, também, o que é que a Câmara tenciona fazer no caso de não aparecer nova direcção;
3. Mencionar que o Campo de Futebol de Sete, cuja frequência era permitida aos alunos do 1º ciclo – existindo um protocolo entre a Câmara e o Clube - está a ficar degradado e o Valenciano informou a Câmara da situação. Até ao momento nada foi vistoriado nem reparado, pelo que pretendeu saber o que se está a fazer neste sentido;
4. Dizer que o Basket Clube de Valença se mostrou desolado pelo facto de ter organizado um evento na nossa cidade, terem sido convidados os membros da Câmara Municipal para entrega dos prémios e ninguém aparecer; e,
5. Referir ter tido conhecimento que a autarquia promoveu um concurso para fornecimento de papel, ao qual concorreram sete empresas do concelho e a adjudicação foi feita a uma empresa do Porto. Solicitou que o Sr. Presidente da Câmara se pronunciasse sobre o assunto, uma vez que a diferença de preço foi mínima.

A Deputada Dra. Maria do Carmo Duarte para:

1. Questionar acerca do concurso para contratação de uma psicóloga, ou antes à necessidade de contratar mais uma psicóloga. Ficou sem perceber como se abre um concurso e passados poucos meses, se dá pela necessidade de recrutar outro técnico da mesma área;
2. Questionar se é verdade que tencionam mudar o mercado das lavradeiras para a zona do Centro Coordenador de Transportes e o que está subjacente a esta decisão;
3. Pronunciar-se acerca do Passeio Sénior dizendo que os nossos idosos se habituaram a este convívio, a esta confraternização, com uma dimensão que este ano não foi conseguida e ficou aquém das expectativas; e,
4. Dizer que o evento Sai Prá Rua este não vai ser realizado e que se o argumento é que era muito caro, recorda que já era um evento de referência e uma boa aposta para a divulgação de Valença. Valença precisa de eventos de referência e o que temos assistido são pequenas iniciativas sem grande visibilidade. Considerou que os eventos devem ser de outra envergadura de forma a trazerem gente e a projectarem o nome de Valença.

O Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes para:

1. Dizer que estes “pequenos eventos”, têm tido gente, impacto e têm projectado o nome de Valença para o exterior;
2. Argumentar que com os grandes eventos, teríamos o marasmo de todos os anos e gastar-se-iam fortunas de dinheiro;
3. Considerar o Jardim Municipal um bom local para a realização da Feira do Livro, mas o grande problema são as condições climatéricas. Para o ano em vez de Feira do Livro, teremos, provavelmente, os Encontros na Biblioteca ou algo do género;

4. Dizer, relativamente ao Passeio dos Idosos, o melhor será falar com os Srs. Presidentes de Junta para saberem a opinião dos seus munícipes. A diferença é que antigamente tinham viagens de autocarro, quilómetros de estrada e, desta vez, tiverem um passeio, um convívio e as pessoas divertiram-se;
5. Referir que no Mercado das Lavradeiras, se gastaram vinte mil contos e o que lá está não serve para nada, está para arrumar carros. Uma possibilidade poderá passar por tirar a estrutura que lá se encontra e levá-la para o campo da feira;
6. Informar que nos pisos das avenidas, fizeram algumas correcções, mas não mudaram materiais pois já estavam adjudicados;
7. Esclarecer que não abriu nenhum concurso para contratação de uma psicóloga, deu continuidade ao que já estava a decorrer. Deixou foi em aberto a possibilidade de se vir a contratar outro técnico da área pois só a CPCJ têm um volume de trabalho que quase absorve uma pessoa;
8. Dar nota que para o fornecimento de papel, foi aberto concurso público e entregues as propostas em carta fechada. Não se ia excluir a empresa pelo simples facto de não ser do concelho;
9. Mencionar que a Câmara apoia o desporto e o Basket, recebe da Câmara vinte e cinco mil euros em subsídios. De facto foram convidados para a entrega de prémios, mas a hora e o dia não foram os mais apropriados e, ainda, estavam dois vereadores de férias;
10. Acrescentar que o Sport Clube Valenciano gere a própria casa e a Câmara a sua. O Valenciano recebia vinte e cinco mil euros por ano, mais transporte, mais gasóleo, mais a receita do parque de estacionamento. Quando esta Câmara tomou posse, informou que ia haver um aumento da comparticipação e mais um ou outro apoio, mas quando fossem colocados os parquímetros no parque da Coroada, ficariam sem o mesmo;
11. Realçar que segundo as contas apresentadas, o parque rendeu cento e vinte mil euros – é metade do que recebem todas as juntas de freguesia por ano e, passaram a receber de subsídio, mais dez mil euros, isto para compensar os mil litros de gasóleo que deixaram de ser fornecidos;
12. Dizer que, efectivamente cortaram o transporte à equipa sénior, porque não está para pagar às equipas profissionais para se deslocarem, por exemplo, a Bragança, de véspera. As camadas jovens para se deslocarem a Monção, Friestas ou Fontoura, têm as suas próprias carrinhas, pelo que se pede também um pouco de bom senso, pois a Câmara nestas deslocações têm que pagar horas extraordinárias aos motoristas;
13. Referir que a direcção é que sabe se se vai demitir ou não, os sócios são soberanos e se vierem entregar a chave ele têm um bom prego para a colocar. Ele toma conta do que é da Câmara e dos Valencianos e os Sócios do Valenciano que tomem conta do clube;
14. Insistir que as camadas jovens, desde as escolinhas até aos júniores, tragam os recibos de todas as despesas que a Câmara paga;
15. Concordar que o Jardim Municipal é o lugar mais emblemático para a realização da Feira do Livro e alterar a data é uma possibilidade;
16. Esclarecer que o Cantão dos Combatentes da Grande Guerra, é um assunto da própria liga, mas tomou nota e poderá dar instruções nos serviços para que procedam uma limpeza;
17. Informar que a oferta dos manuais escolares ao 1º ciclo é uma promessa de campanha que é para cumprir e, em princípio, será já no início deste ano lectivo;
18. Dizer que têm orçamento para os espaços cobertos junto às escolas, concretamente para a entrada da EB1. É necessário colocar outro junto à biblioteca e os orçamentos são um pouco elevados, pelo que pretende ver se consegue algo mais económico mas que seja resistente. Garantiu que estará operacional antes do início do próximo ano escolar;
19. Mencionar que vão tentar melhorar as Actividades de Enriquecimento Extra-curricular e, relativamente aos horários, não haverá educação física durante a manhã. Não conseguirão por as AEC's a funcionar todas a partir das 16h.30 pois não há professores que queiram dar somente uma hora por dia;
20. Esclarecer que a obra na Rua Dr. Ibérico Nogueira iniciou esta semana; a Bogalheira vai ser pavimentada; o Plano de Urbanização esteve a aguardar a publicação do PDM e o objectivo é até final do terceiro trimestre ter este plano pronto. Vai-se também ter que elaborar um Plano de Urbanização para a Plataforma Logística e será o consórcio da plataforma a custear o Plano, mas a Câmara coordena e emitirá o parecer final;
21. Dizer que quando for oportuno farão a revisão das taxas municipais;
22. Informar que se fez uma reunião com o Instituto de Estradas e sugeriram um conjunto de correcções. Houve a promessa que a questão dos semáforos do Merendola, em seis meses estaria resolvida. Os rails são para substituir e serão colocados passeios num dos lados, até à Formigosa;
23. Agradecer os elogios relativamente à limpeza da Fonte da Vila e informar que a limpeza da Fonte de Sá têm sido feita pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia e neste momento está limpa;
24. Dar nota que todas as elevatórias têm um dreno para emergências e o mesmo acontece com a da Ponte do Manco; e,
25. Referir que a A28 de Valença a Viana, pelo menos para já, não vai ser portajada e a sua

preocupação já foi transmitida à tutela.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, disse relativamente às actas que concorda que os Senhores Deputados possam ter razão, mas não é fácil transpor as gravações. No entanto e, para que não restassem dúvidas sobre a veracidade das afirmações solicitou ao Secretariado que futuramente trouxesse a gravação para a sessão, para esclarecimento de possíveis dúvidas.

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º PONTO – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL- ANEXO Nº 1

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Pedir desculpas ao Presidente da Junta de Valença para o caso da limpeza da Fonte de Sá já ter sido feita;
2. Dizer ao Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao Mercado das Lavradeiras, que não cometa o mesmo erro do executivo anterior que é pegar numa estrutura cara sem falar primeiro com as interessadas;
3. Acrescentar parecer-lhe espantoso que se reduza o problema da A28 simplesmente em não se pagar de Valença a Viana do Castelo. A Câmara Municipal de Valença, têm que ter uma palavra forte e activa neste sentido e não pode desproteger os utentes da A28;
4. Alertar que para já a Câmara deveria-se indignar pois a concessão das scuts está em pagamento através das verbas arrecadadas em sede do ISP - imposto sobre a gasolina , portanto, não temos que pagar duas vezes, ou então, se vão portajar, que procedam à devolução deste imposto; e
5. Questionar qual é o regime do matadouro municipal, se está cedido a alguém, se há algum contrato de cedência e se está disponível para alguma actividade que possa vir a ser proposta.

A **Deputada D. Elisabete Viana** para insistir para quando a construção do Polidesportivo da EB 1 de Arão.

A **Deputada Dra. Inês Ferreira** para:

1. Agradecer, em nome do Coral S. Teotónio e da sua Ronda Típica, as amáveis palavras do Deputado Dr. Jorge Dinis e lembrar que ela própria sempre defendeu que a Câmara deveria dar visibilidade às Associações do concelho;
2. Questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca de uma entrevista que deu a propósito do novo Aterro Sanitário, nomeadamente acerca da sua futura localização;
3. Referir que se diz que o projecto de Requalificação da 3ª Fase da Fortaleza, foi chumbado, pelo que gostava de saber se é verdade; e,
4. Solicitar informação acerca de todas as intervenções que esta Câmara têm feito nas freguesias do concelho.

A **Deputada Enf. Aurélia Correia** para questionar o Sr. Presidente da Câmara se já existe algum projecto para o Cemitério Municipal.

O **Deputado Sr. Luís Amorim** para:

1. Dizer que na informação escrita vem referido que o Edifício Multiusos da Coroadá, continua em execução. Falou-se que, provavelmente, a sua inauguração seria em Fevereiro. Estamos quase em princípio de Julho e tal não se verifica;
2. Alertar para o facto de muitas crianças mergulharem do Pontão da Srª da Cabeça para o rio e uma vez que há lá muita ramada e muitos troncos, talvez fosse necessário acautelar possíveis perigos;
3. Referir que nalgumas obras, nomeadamente na que está a decorrer na rua em frente ao edifício Status, detectam-se uma série de anomalias, nomeadamente alterações ao projecto;
4. Chamar a atenção que quem estaciona em frente ao edifício Status, vai logo de encontro a uma parte ajardinada e só depois é que têm o passeio, pelo que questionou se não se poderia fazer uma alteração;
5. Chamar a atenção que nas obras junto ao edifício onde se encontra o bar “Quê?”, e à entrada para a sede do Sport Clube Valenciano, verifica-se um desalinhamento da rua; e,
6. Solicitar uma maior coordenação dos serviços das águas e das obras, nomeadamente na ligação dos ramais das águas.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** para:

1. Dizer que relativamente ao Mercado das Lavradeiras, nada será feito sem antes ouvir as interessadas e da auscultação que já tem vindo a ser feita, parece-lhe haver abertura para se deslocarem para o campo da feira;
2. Esclarecer que não sabiam da existência do matadouro municipal quando aqui chegaram. Terão que lhe dar um uso e existem alguns pedidos, nomeadamente para uma Associação Animal;e,
3. Informar que Valença não têm uma jurisdição completa quanto há A28 e a nossa preocupação é que até Viana ela se mantenha como está - sem portagens.

Devido à indisposição de um Sr. Deputado, o **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães**

Gomes, interrompeu os trabalhos.

Retomados às 22h.50, prosseguiu o **Sr. Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** que:

4. Relativamente ao Polidesportivo de Arão disse que metade da empreitada estava feita – a cobertura. Faltava a base, entretanto já foi tudo adjudicado, a candidatura foi aprovada e têm luz verde para avançar. A obra e têm que estar feita impreterivelmente antes do início do ano escolar;
5. Referiu que a visibilidade às Associações do concelho, têm sido a sua linha de rumo e o fio condutor de todas as actividades;
6. Informou que a 3ª Fase de Requalificação da Fortaleza já foi aprovada e a obra têm que estar concluída até Abril de dois mil e doze. Espera que a obra corra da melhor forma e sejam minimizados os impactos negativos no comércio;
7. Disse que se irá fazer gestão da obra e o público terá que saber o que se passará no dia-a-dia com a mesma;
8. Esclareceu já existir licença ambiental e projecto para o Aterro Sanitário em Cornes. Falta expropriar os terrenos e, manter-se, ou não, em S. Pedro da Torre, depende da decisão da Junta e da Assembleia de Freguesia e a Câmara fará o que elas decidirem;
9. Dar nota que é uma preocupação da Câmara a requalificação do Cemitério de Valença. Irão começar, antes do próximo Inverno, pela drenagem das águas pluviais e a sua requalificação só poderá ser feita quando resolverem o problema da capela e de alguns jazigos que estão abandonados;
10. Informar que a empresa que estava a trabalhar no Pavilhão Multiusos da Coroadá entrou em insolvência em Abril e só a partir do momento em que entraram em falência é que a Câmara pode tomar conta administrativa da obra. Está à espera que o gestor da massa falida autorize o desbloqueamento de alguns materiais que estavam na posse do anterior empreiteiro;
11. Referir que o pontão da Srª da Cabeça está abandonado e a limpeza dos ramos depende da polícia marítima;
12. Acrescentar que uma das vantagens do projecto para a requalificação das avenidas é que as ruas fossem alinhadas para dar a sensação de continuidade e o projecto foi assim pensado; e,
13. Dizer que realmente quando se abre um buraco fica algum tempo sem ser tapado, mas muitas das vezes porque se têm que aguardar o desaparecimento da água infiltrada.

A **Deputada Dra. Inês Ferreira** para lembrar ao Sr. Presidente que não lhe respondeu a uma das questões colocadas.

O **Sr. Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** respondeu que se encontrava elaborado um dossier das intervenções nas freguesias, para consulta e, referiu que fizeram cerca de quinhentas intervenções nas dezasseis freguesias, enumerando algumas delas.

2º PONTO – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - 1ª REVISÃO- ANEXO Nº 2

Usou da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer gostar de evidenciar três aspectos: o facto de ser preciso fortalecer o ponto relativo aos encargos com o lixo; o outro é para dar cabimento ao empréstimo de setecentos mil euros que aprovaram na sessão anterior, e, finalmente, proceder à transição do saldo do exercício anterior;
2. Mencionar ser uma decisão que têm que ser tomada por esta Assembleia mas que diz muito das opções que têm vindo a ser tomadas neste município em relação a temas estruturantes - como a recolha de resíduos sólidos, opções essas que são da estrita responsabilidade do PS e do PSD;
3. Sublinhar que o texto da revisão diz que hoje em dia quatrocentos mil euros já não são suficientes para fazer face aos encargos actualmente assumidos, uma vez que transitam trezentos mil euros do exercício de dois mil e nove;
4. Chamar a atenção para se ver como evoluíram os encargos para esta autarquia por via de opções que poderiam ter sido evitadas. É altura de perguntar se com toda esta massa de capital envolvida, a autarquia não conseguia, com os mesmos parâmetros de qualidade e eficiência, fazer o mesmo, em vez de ser feito por uma entidade privada;
5. Questionar quais são os encargos totais actualmente assumidos com a recolha do lixo e como é que transitaram trezentos mil euros do exercício anterior; e,
6. Concluir que talvez seja isto que justifica as relações algo tensas com a actual SUMA. Isto, pelos vistos é um negócio que dá dinheiro a todos menos a Valença. Gostava que o Sr. Presidente lhe dissesse quais são os encargos actualmente assumidos com a adjudicação da recolha de resíduos sólidos e como foi possível transitarem estes trezentos mil euros.

O **Deputado Sr. Luís Amorim**, para dizer que o executivo decidiu ser necessário fazer esta revisão, nomeadamente na rubrica higiene e limpeza, por isso, o Grupo Municipal do PS vai votar favoravelmente, não tendo nada a opor.

O **Presidente da Câmara Municipal de Valença, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** para:

1. Esclarecer que o município só precisa de apresentar esta revisão porque não está cabimentada e

- não foi aberta conta para os encargos do empréstimo específico que contrataram este ano;
2. Dizer que quando tomaram posse, não estavam a prever fazer empréstimos, podiam ter aberto a rubrica se o tivessem perspectivado;
 3. Informar que há uma dívida do ano dois mil e nove e têm que ser paga este ano. Quando se fala em higiene e limpeza, não é só a Novaflex e, especificou onde se gastou um milhão trezentos e cinquenta mil euros em dois mil e nove: limpeza de instalações – vinte e dois mil euros; assistência técnica à piscina municipal – vinte e um mil euros; limpeza das muralhas – oitenta e dois mil euros; limpeza da Ecopista – vinte mil euros; Sr^a da Cabeça e outras – oitenta e cinco mil euros; Novaflex – quatrocentos e quarenta e sete mil euros; Valorminho – cento e setenta e cinco mil euros; desratização e desparasitação – cinco mil euros por ano; Saneamento – quatrocentos e noventa e três mil euros;
 4. Referir que a recolha do lixo e a limpeza de arruamentos ser feita por conta do município, neste momento, não é possível pois só a aquisição de uma viatura, está na ordem dos duzentos e cinquenta mil euros, além dos encargos com os recursos humanos; e,
 5. Dizer haver necessidade de consciencializar as pessoas de que não devem carregar os contentores com todo o tipo de material pois este é pago à tonelada.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Mencionar ter a ideia que os problemas de logística que enumerou, também a Novaflex deve ter e não acredita que esta empresa invista só para Valença. Certamente amplia o seu negócio e tenta com os mesmos meios abranger mais que um mercado; e,
2. Considerar que em relação a lixo e água pode-se trabalhar eficientemente e com bons parâmetros de qualidade, num sistema intermunicipal.

O **Presidente da Câmara Municipal de Valença, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** para:

1. Dizer que nesta matéria do lixo, águas e saneamento, a experiência, grosso modo da europa, são experiências na sua maioria privadas, os preços são ajustáveis e as pessoas, regra geral, estão satisfeitas com estas soluções; e,
2. Referir que quando o Sr. Deputado fala das Câmaras, quer seja uma solução municipal ou intermunicipal, dá a ideia que estes serviços são gratuitos, mas não o são e alguém paga.

Colocado à votação, num universo de 36 votantes verificaram-se 0 votos contra, 1 abstenção (Sr. Armando Carvalho) e 35 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**

3º PONTO – REGULAMENTO MUNICIPAL E SISTEMAS PÚBLICOS E PREDIAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE VALENÇA – ALTERAÇÃO - ANEXO Nº 3

Intervieram os Deputados:

Sr. Armando Carvalho para:

1. Dizer que a alteração proposta neste ponto, incide essencialmente sobre o artº 161 e vêm marcar o percurso da opção feita por esta Câmara, aliás já da outra Câmara mas à qual o PSD nunca se opôs e que tem também a ver com a entrega e concessão do sector da água;
2. Referir que o que interessa para os valencianos, é saber para onde nos leva esta situação e acha que o próprio Sr. Presidente da Câmara sabe que esta forma de gerir as águas e o saneamento, é uma força financeira;
3. Constatar que as alterações impostas dizem respeito principalmente à primeira e penúltima alínea, acrescentando-lhe um factor de cobrança que é altamente penoso para o concelho;
4. Dizer que este artigo estipula as tarifas a serem aplicadas pela entidade concessionária e, vamos ter de lhes pagar a água que era nossa. Ao estabelecer as tarifas veio também estabelecer um aspecto que é de legalidade duvidosa: por não poder cobrar aluguer de contador, passa a cobrar uma taxa pela disponibilidade da rede e além desta taxa, ainda mais uma verba proporcional ao consumo feito pelo cliente;
5. Fazer notar que abre a porta para finalmente se entregar a distribuição em baixa em Valença;
6. Alertar que para além destes encargos acrescidos, há ainda uma série de outras tarifas que vão pesar sobre o nosso orçamento e, algumas, continuam a ser de legalidade duvidosa – como o pagamento da instalação e reaferição do contador;
7. Acrescentar que a entidade concessionária, tem acesso a capitais financiados pela comunidade europeia e a capitais com juros reduzidos. Apossasse de um recurso que é de toda a gente e explora-o a seu belo prazer e nós é que temos que pagar; e,
8. Alertar para o sufoco financeiro em que a Câmara irá entrar ao ir por estes caminhos.

A Deputada **Dra. Liliana Pereira** para:

1. Solicitar esclarecimento relativamente às alíneas a) e b), quanto ao pagamento proporcional, não entendendo a diferença; e,
2. Questionar se as tarifas de colocação e verificação do contador não são o mesmo que de aluguer e de inspecção - o que foi proibido por lei.

O Deputado **Dr. Soares Pereira** para:

1. Dizer que o Regulamento que estava em vigor em dois mil e quatro é exactamente igual, as únicas coisas que mudam é a alínea a) e i) do artº 161, portanto todas as outras tarifas já estavam previstas;
2. Acentuar que na alínea a) também já estava prevista uma tarifa devida pela disponibilidade de rede, a única novidade é uma parcela proporcional que só poderá beneficiar os mais desfavorecidos, os que menos consomem;
3. Questionar o Sr. Presidente qual vai ser o impacto desta alteração no equilíbrio das finanças, já que vê um esforço pelo cumprimento da Lei da Finanças Locais;
4. Chamar a atenção nomeadamente para a rede de abastecimento de águas, em que a diferença não é assim tão grande: se imputarmos os custos todos à gestão da rede, temos uma diferença de apenas noventa mil euros. A diferença é realmente grande no saneamento – gasta-se quatrocentos mil euros e só se recebe noventa mil;
5. Dizer que a alínea i) prevê uma tarifa pela utilização da rede e considera que esta vêm, de alguma forma, colmatar o desaparecimento de uma receita - o aluguer do contador. Estamos a falar na prestação de um serviço e o desaparecimento de uma receita, terá naturalmente que ser substituída por uma outra que, neste caso, será a utilização da rede;
6. Alertar que para além destas, deverão ser tomadas outras medidas pela Câmara, e sugeriu que se passassem a medir todos os pontos de água isentos – públicos e privados, de forma a apelar à moderação do consumo; uma racionalização dos custos do processo de produção e manutenção do fornecimento; fazer incidir uma maior fiscalização sobre os contadores avariados e as contagens duvidosas e, punir exemplarmente todos aqueles que não cumprirem as ordens e os regulamentos do sector;e,
7. Questionar se o Município mantém a intenção de continuar a gerir e a utilizar recursos próprios para as captações da água em baixa; que perspectiva têm o executivo a prazo para este sector e, se a taxa de recursos hídricos está a ser cobrada.

O Deputado **Sr. Luís Amorim** para:

1. Dizer que relativamente a esta alteração, nomeadamente artº 161 alíneas a) e i) pretende efectivamente a aplicação de uma taxa pela utilização do contador. O aluguer dos mesmos foi proibido por Lei, pelo que considera a tarifa pelo abastecimento de água ilegal;
2. Questionar o Sr. Presidente de Câmara, para o caso desta tarifa vir a ser aprovada, se já têm algum valor fixo; e,
3. Dizer que o Grupo Municipal do PS, solidário com os seus vereadores, irá votar contra esta alteração.

O **Presidente da Câmara Municipal de Valença, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** para:

1. Informar que neste momento a água e o saneamento estão a dar um prejuízo à Câmara de seiscentos e vinte mil euros ano e isso que a água é gratuita, retirada das nossas captações;
2. Elucidar que se as Águas do Minho e Lima quiser, gaste-se ou não, pode cobrar a tarifa correspondente a um milhão e duzentos mil metros cúbicos de água e a Câmara não se pode negar porque em dois mil assinou um protocolo para a sua aquisição;
3. Acrescentar se a isto se juntarem os seiscentos e vinte mil já de prejuízo, perfaz um milhão e duzentos, mais quinhentos mil do lixo, um total de um milhão e setecentos mil euros de prejuízo;
4. Dar nota que subtraindo das receitas correntes as respectivas despesas, mais um milhão e setecentos mil euros, o que resta para a gestão corrente é insignificante;
5. Dizer que este executivo está determinado a fazer alguma alteração e a do tarifário é da competência da Câmara Municipal, que não pode vender a água mais barata do que aquilo que compra;
6. Alertar que o saneamento é um drama. Há dez anos que se deveria ter começado a fiscalizar, nada foi feito e a quantidade de metros cúbicos que chega à Etar de Cristelo-Côvo e Campos, é uma exorbitância;
7. Referir que outro drama é termos oito mil contadores dos quais dois mil trezentos e cinquenta e um não pagam nada porque não consomem durante o ano, no entanto a Câmara têm que ter disponibilidade da água nos depósitos;
8. Esclarecer que a ideia não é criar uma taxa de aluguer de contador, mas aproximar de valores para não se perder dinheiro. Se todos os anos temos cerca de um milhão e meio de prejuízo, não teremos outra alternativa senão entregar as águas e, a intenção da Câmara é manter a água em baixa, agora o negócio não pode ser ruinoso;
9. Reforçar que o saneamento terá também que ser revisto e aumentar provavelmente para vinte e cinco cêntimos e para o ano o restante;
10. Informar que a água que se consome, é efectivamente a que será paga e a tarifa da disponibilidade do contador terá um valor fixo. Também se irão colocar contadores de saneamento; e,
11. Referir que efectivamente os contadores ao fim de algum tempo têm que ser verificados, pois detectam-se algumas anomalias.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer não compreender o proferido pelo Deputado Sr. Soares Pereira ao referir-se que o valor acrescido à tarifa em termos proporcionais ao volume de água dispensado, até vinha favorecer os mais carenciados. Isto significa que há uma tarifa se se gastar só cinco metros cúbicos, como há se se gastar trinta, quarenta ou cinquenta. Gastando têm uma proporcionalidade desse gasto que é associada numa parcela à parte à tarifa de utilização do contador;
2. Referir que não serão os contadores sem consumo dos emigrantes o problema da entidade concessionária. Provavelmente serão mais as pessoas que têm captações próprias e que têm o contador mas não utilizam a água, não apresentando consumo;
3. Concluir que para haver viabilidade no negócio, é necessário que toda a gente pague consuma, ou não e o próprio Plano de Abastecimento é muito claro e a exemplo do que se passa com os saneamentos, em que há obrigatoriedade de ligar as fossas ao sistema, há a mesma obrigatoriedade em ligar água à rede; e,
4. Dizer ser evidente estarmos na presença de um negócio que rende milhões e a Câmara não pode seguir num percurso de vender mais barato do que aquilo que compra, mas vale a pena pensar porque é que isto não foi feito antes.

O Deputado **Dr. Soares Pereira** para:

1. Questionar se não é justiça quando se fala que quem mais consome, mais paga, então o que será. É claro que a água é um bem essencial e património de todos nós e todos devem ter direito a ela de forma a satisfazer a necessidade mínima. No entanto, tudo o que ultrapasse este conceito de satisfação de necessidade mínima, deverá ser pago, se possível, pelo menos a satisfazer a despesa para a sua venda; e,
2. Dizer que noutros municípios também se cobram taxas de disponibilidade de ligação de água, pelo que desta forma então todos estarão a incorrer em ilegalidade.

O **Presidente da Câmara Municipal de Valença, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** para:

1. Referir que não é nada agradável para o município estar a aumentar a água, mas o facto é que temos um deficit de tarifário;
2. Acrescentar que a proposta é clara e o ideal é não perder dinheiro com o negócio da água e do saneamento. Se estamos com um prejuízo de seiscentos mil euros, não o podemos agravar e para o ano teremos que pensar na maneira de ficar equilibrado; e,
3. Esclarecer que a tarifa de disponibilidade não visa o aumento da água mas sim para fazer face à manutenção da rede e temos estimado um valor de cem mil euros por ano de necessidade de manutenção e expansão da rede.

Colocado à votação, num universo de 36 votantes, apuraram-se 9 votos contra (oito dos eleitos do PS e um do Sr. Deputado Armando Carvalho), 6 abstenções (Srs. Presidentes de Junta das Freguesias de Valença, Taião, Cerdal e Friestas, Deputado Sr. Pinto Neves e Deputada Dra. Liliana Pereira) e 21 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**

Passou-se à discussão do:

4º PONTO – FREGUESIA DE S. JULIÃO – SINALIZAÇÃO - ANEXO Nº 4

Intervenção:

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para:

1. Manifestar a sua concordância para que esta seja feita na freguesia de S. Julião, até porque se lhe afigura que a Assembleia de Freguesia e a respectiva Junta, estarão a decidir pelo melhor;
2. Aproveitar este ponto para dizer que na reunião da Comissão Permanente desta Assembleia, deliberou-se convidar o Sr. Presidente do Instituto de Estradas de Portugal, para estar presente na próxima sessão da Assembleia Municipal, a fim de prestar alguns esclarecimentos relativos à sinalização vertical e horizontal da EN 13;
3. Informar que este convite não só se prende com a questão das Scut, mas também com a enorme dificuldade em nos deslocarmos à capital do distrito, pelas limitações e algumas incongruências na EN13;
4. Apelar à Assembleia que em reunião de Setembro se pronuncie e colabore, no caso do convite ser aceite pelo Sr. Presidente das Estradas de Portugal e, fizesse uma recomendação à Câmara para à posteriori contactar os municípios a montante e a jusante de Valença no sentido de se começar a pensar no porquê da recta de Vila Meã estar tão limitada com traços contínuos; e,
5. Dizer percutir-se-lhe esta não ser uma boa via de comunicação, a única coisa que têm é um bom tapete. Isto não é conforto e certamente não se fez uma estrada ou um arranjo que custou alguns milhões de euros para depois não servir assim tão bem.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, disse que esta proposta vem da Assembleia e Junta de Freguesia de S. Julião e tem vária sinalética que se justifica.

Quanto à EN13, a zona do Tuido está para entrar a concurso, colocando-se depois o tapete e respectiva marcação.

Colocado à votação, num universo de 36 votantes verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 36

votos a favor. **Aprovada por Unanimidade.**



Seguiu-se a leitura pelo **Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Luís Alberto de Oliveira Vilas**, da **Acta em Minuta**, que posta à votação, num universo de 36 votantes, registou: 0 votos contra; 0 abstenções; e, 36 votos a favor. **Aprovada por Unanimidade.**

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveram-se para usar da palavra os munícipes:

Sr. Manuel Passos Lopes para:

1. Felicitar o Sr. Presidente da Assembleia pela forma como conduz os trabalhos e o Sr. Presidente da Câmara por explicar de forma clara o que se passa;
2. Dizer que o que o leva a intervir, é o facto do lugar de Vilar não ter saneamento e este estar a aproximadamente quinhentos metros, questionando para quando a sua colocação;
3. Lembrar que o lugar de Ousão também não têm saneamento;
4. Apelar aos Srs. Deputados que não façam só críticas, mas que façam qualquer coisa pela terra e a propósito, deu nota que no Inverno nascia água numa curva a seguir a Vilar, a destruir a estrada. Assistiu a uma sessão, da Assembleia e não ouviu ninguém falar da situação. Telefonou a esta Câmara e no dia seguinte estavam no local, tendo-se verificado a mesma prontidão no corte das ervas junto aos depósitos; e,
5. Apelar mais uma vez para que coloquem o saneamento e a marcação da estrada do Monte do Faro.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para agradecer ao Sr. Passos Lopes as simpáticas palavras e dizer que não sabe quando irão colocar o saneamento em Vilar e Ousão. Têm tido algumas iniciativas privadas a irem ao seu encontro, a manifestar disponibilidade em colaborar com a Câmara no sentido de alargarem mais uns metros de saneamento. A Câmara dá o material e eles a máquina e a mão-de-obra.

Em relação à Estrada do Monte do Faro, antes de ser pintada, irá ser limpa, incluindo as acácias e, tudo o que está virado para as estradas municipais terá que ser limpo.

D. Isabel Andres da Rocha para:

1. Felicitar os Deputados na Assembleia Municipal e desejar-lhes as maiores felicidades no cargo;
2. Agradecer ao Presidente da Assembleia o facto de agendar a reunião para este horário o que permite uma maior participação da população;
3. Dizer que praticamente cinquenta por cento das estradas em Cerdal estão intransitáveis devido às obras de saneamento e gás e hoje traz aqui formalmente o pedido para resolução do assunto;
4. Informar ter recebido uma carta da Câmara Municipal a convocá-la para uma reunião. Essa convocatória foi feita porque ela teceu, a título particular, um comentário com o vereador das obras. Se não está em erro foi consultado o responsável pela autarquia que achou melhor ser ela a prestar esclarecimentos; e,
5. Concluir não saber o que se passa e se há alguém que terá que prestar as informações necessárias, é o responsável da freguesia.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para:

1. Dizer que não sabe o teor da carta mas se a D. Isabel Rocha foi convocada é porque lhe deve dizer respeito alguma matéria;
2. Esclarecer que quanto às estradas, a entidade concessionária do gás têm autorização plena para passar. Só requisitou um mapa ao executivo anterior e comunicou os itinerários. No entanto têm a responsabilidade de deixar as estradas como as encontrou; e,
3. Referir que o saneamento de Cerdal é uma situação complicada: na altura das eleições foi dito ao empreiteiro que tinham que se tapar os buracos e foram tapados com betuminoso. Como não esperaram que a areia apertasse e com a chuvada que veio no Inverno, criou-se um falso por baixo e o betuminoso foi abatendo. O empreiteiro a expensas suas vai ter que repor o piso e só assim a Câmara recepcionará a obra.

O **Sr. David Lobão** para:

1. Louvar a Assembleia Municipal pelo facto da sessão ter decorrido durante a noite;
2. Dizer que a Câmara presta ao concelho um bom serviço na distribuição de água e não concorda que esta tenha que suportar o prejuízo de milhares de euros durante o ano;
3. Alertar que existem muitos contadores no concelho com irregularidades e muitas “fugas” de água antes de chegar aos contadores; e,
4. Deixar uma sugestão a nível do Aterro Sanitário: que se impusesse a condição de que só haveria aterro sanitário em Valença quando houvesse SAP 24 horas.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, disse ter ouvido comentários acerca das

“anomalias” mas não há relatórios nem documentos e na hora de se tomarem medidas ninguém sabe de nada. Em relação às fugas terão que trabalhar a situação, assim como a rega dos jardins.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, agradeceu a presença de todos e, pelas 00h.55, deu por encerrada a sessão.



Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente Acta, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, e pela **Técnica Superior de Relações Públicas, Cidália Cristina Martins Marques Brandão do Paço**, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Técnica Superior de Relações Públicas

(Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes)

(Cidália Paço)